



PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI Nº 23/2017

Eminente Presidente,

Eminentes Vereadores,

Trata-se o singelo caderno processual de autoria do Executivo Municipal visando dispor sobre o programa de bolsa universitária, na verdade, um aprimoramento na já existente legislação municipal nº 2.924/2016, consoante ofício inicial n.º colacionado à fl. 02.

Com o ofício inicial, veio a justificativa de fl. 03, a proposta exordial legislativa de fls. 04/11.

Anexado a legislação municipal nº 2.924/1016, que se pretende revogar consoante comando contido no art. 32, do presente projeto de lei.

É o breve resumo dos fatos que tomo à guisa de relatório. Passo a motivação.



A priori, antes de adentrarmos ao ponto nodal, observa-se, que o projeto de lei está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, devidamente subscrito pelo Executivo Municipal, além de trazer assunto sucintamente registrado na ementa.

Observa-se, ainda, que o subscritor articulou justificação por escrito, atendendo a preceito regimental. A distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, não merecendo qualquer reparo.

Destarte, nenhum óbice de ordem técnico-formal existe, daí porque merecer a matéria consideração da edilidade no tocante a tais aspectos.

No mais, debruçando-me, quanto ao mérito da presente propositura legislativa, não verifico qualquer vício de inconstitucionalidade sobre o aspecto formal e/ou material, a impedir o regular processamento, na verdade, um aperfeiçoamento a mencionada legislação municipal já existente, refiro-me a lei nº 2.924/2016, anexada às fls. 12/16.



Prosseguindo-se, no que concerne à competência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para apreciar a matéria em comento, dispõe de forma insofismável o **art. 79, § 1º** do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapemirim, que:

“Art. 79. Compete à comissão de legislação, justiça e redação final manifestar-se sobre todos os assuntos nos aspectos constitucional e legal e, quando já aprovados pelo plenário, analisá-los sob os aspectos lógico e gramatical, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das proposições.

§ 1º. Salvo expressa disposição em contrário deste regimento, é obrigatória à audiência da comissão de Legislação, Justiça e Redação final, em todos os projetos de lei, decretos legislativos e resoluções em que tramitarem pela Câmara.”



Quanto à competência da Comissão de Finanças e Orçamento, essa se encontra prevista no **art. 80, inciso IV**, da mesma norma regimental, veja-se:

“Art. 80. Compete à Comissão de Finanças e Orçamento opinar, obrigatoriamente, sobre todas as matérias de caráter financeiro, e especialmente quando for o caso de:

(...)

IV – Proposições referentes a matérias tributárias, abertura de créditos, empréstimos públicos e as que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do município, acarretem responsabilidade ao erário municipal ou interessem ao crédito e ao patrimônio público municipal.”

À luz do exposto, **gizadas nestas considerações, e dispensando, por supérfluas, tantas outras, emitimos**



parecer favorável à tramitação do projeto, pelos motivos acima alinhados.

É o parecer, s.m.j.

Itapemirim, terça-feira, 18 de abril de 2017.

Wanokzôr Alves Amm de Assis
Procurador Efetivo

João Luiz Rocha da Silva
Procurador Geral